



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

**“A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NUM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO E A VISÃO DOCENTE”**

Suelen Regina Patriarcha-Gracioli (UFMS)¹

Airton José Vinholi Júnior (UFMS)²

Milena Vieira Costa (UFMS)³

Ângela Maria Zanon (UFMS)⁴

RESUMO: O presente trabalho teve por objetivo realizar o levantamento da presença de temas que abordam a Educação Ambiental nas dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Ecologia e Conservação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e diagnosticar a percepção dos professores orientadores que pertencem ou já pertenceram ao referido programa de pós-graduação quanto aos mesmos temas. Das dissertações analisadas 96% apresentavam temas da Educação Ambiental, entretanto apenas 28,6% dos pesquisados acreditam já ter trabalhado com temas abordados pela Educação Ambiental. Esse dado demonstra um grande desconhecimento por parte dos pesquisados quanto à Educação Ambiental e suas dificuldades em reconhecer a Educação Ambiental como parte de seus trabalhos e do cotidiano de sua vida. Dessa forma, é necessário que sejam levantados e investigados os argumentos e crenças destes professores, os quais apresentam, em seus conceitos ideológicos, preconceitos sobre Educação Ambiental. É vital que os docentes sejam sensibilizados e estimulados a aceitar e desenvolver uma educação que vise a mudanças comportamentais, além de atitudes e valores que determinam um longo processo de mudanças culturais e ações contínuas na atual sociedade.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Pós-graduação, Percepção Ambiental, Ecologia

ABSTRACT: The present paper had the aim of accomplishing the survey about the presence of subjects that deal with Environmental Education in dissertations written at the Ecology and Conservation studies at UFMS (Federal University in Mato Grosso do Sul) – master degree level – and diagnose the perception of professors who work or used to work at that University 96% of dissertations showed subjects of Environmental Education,

¹ Bióloga, mestre em Ensino de Ciências Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, Caixa Postal 549, CEP 79070-900, Campo Grande, MS, Brasil. Email: suelenpatriarcha@yahoo.com.br

² Biólogo, mestre em Ensino de Ciências, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, Caixa Postal 549, CEP 79070-900, Campo Grande, MS, Brasil. Email: vinholi22@Yahoo.com.br

³ Bióloga, mestranda em Ensino de Ciências, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, Caixa Postal 549, CEP 79070-900, Campo Grande, MS, Brasil. Email: milenavicosta@yahoo.com.br

⁴ Bióloga, doutora em Ciências Biológicas (Zoologia), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências, Caixa Postal 549, CEP 79070-900, Campo Grande, MS, Brasil. Email: amzanon@terra.com.br

however only 28.6% of those professors believe they had already deal with subjects treated by Environmental Education. This data demonstrates a lack of knowledge about Environmental Education by the professors and their difficulties to discern the Environmental Education as part of their works and the quotidian of their lives. So, it is necessary to find and investigate the arguments and beliefs which may show preconceptions about Environmental Education. It is vital to sensitize professors in order to make them accept and develop an education that aims behavioral changes, besides attitudes and values which determine a long process of cultural changes and continual actions in present society.

Key-words: Environmental Education, Environmental perception.

Introdução

A inserção da questão ambiental em todos os níveis de ensino surge como uma possibilidade frutífera de engajamento entre professores e alunos em situações de ensino-aprendizagem, nas quais a problematização pode ser mais facilmente atingida, por envolver, direta ou indiretamente, questões vitais na esfera individual e coletiva (OLIVEIRA *et al.*, 2000). Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental, no ensino superior é facultada a criação de disciplinas nas áreas voltadas aos aspectos metodológicos da Educação Ambiental, nos cursos de pós-graduação e de extensão. De outro modo, se existe uma maneira de fomentar a incorporação da Educação Ambiental na formação dos futuros profissionais, o melhor seria fazê-lo por meio de programas sólidos e articulados. Segundo alguns pesquisadores do Programa de Ambientalização Curricular do Ensino Superior (Rede ACES), financiado pela Comissão Européia, uma perspectiva promissora seria “promover processos de intervenção nas práticas formativas com a finalidade de introduzir mudanças no currículo de modo a estimular que o futuro profissional atue como agente de mudanças em relação aos aspectos ambientais” (FREITAS e OLIVEIRA, 2004, p. 307). O âmbito mais restrito pelo qual o processo de ambientalização pode ocorrer é a intervenção em uma disciplina, podendo se expandir para toda a grade curricular de um determinado curso. Pode passar pelos projetos de pesquisa e extensão e atingir toda a instituição, desde a normatização já existente até a gestão dos espaços nos quais estejam incidindo atividades relacionadas às questões sócio-ambientais ou mesmo dos espaços informais de convivência universitária.

O papel da Universidade na trajetória sócio-ambiental é indiscutível. Ela acumula funções de pesquisa, ensino e extensão, sendo responsável pela formação do cidadão-profissional que vai atuar em vários setores da sociedade. O profissional formado pela Universidade vai desempenhar seu papel específico, e exercer seu papel de cidadão.

A Universidade é um fórum de diálogo, com a escola e toda a sociedade possibilitando a expressão de novos valores, conhecimentos e novas realidades sócio-ambientais. A ciência pode e deve ser propulsora da qualidade ambiental e conseqüentemente da qualidade de vida.

Segundo Santos e Sato:

o papel da Universidade, considerada como produtora de conhecimento mais elaborado, deve também assumir um compromisso mais social, corroborando para que a liberdade do sujeito aprendiz encontre novas formas de ultrapassagens às violências vivenciadas por nossa era. O procedimento legítimo não é escolher um caminho entre “conservação (desejos)” e “dilemas sociais (necessidades)”, senão buscar a aliança entre estas duas dimensões (SANTOS e SATOS, 2001, p. 32).

A pós-graduação representa a responsabilidade social e acadêmica como caminhos relevantes na construção de conhecimento de modo a contemplar a complexidade do real e a dimensão ambiental, ampliando a visão de mundo do profissional especialista. Assim, emerge o desafio aos programas de pós-graduação, de fomentar o estabelecimento de um programa institucional de pesquisa interdisciplinar em meio ambiente, que funcione como espaço central e aglutinador de atividades e incorporação da complexidade ambiental na universidade (RIOJAS, 2003). Nessa perspectiva, a pesquisa interdisciplinar, em espaços acadêmicos, pode ser convertida em espaços de crítica, de reflexão e de ação, contribuindo para a formação dos profissionais em educação ambiental, diante de um caráter emancipador.

A pós-graduação parece ser o espaço mais conveniente de um programa ambiental específico, por ter maior abertura na incorporação interdisciplinar da dimensão ambiental. Segundo Riojas (2003), há algumas razões que fazem da pós-graduação a alternativa para trabalhar com a questão ambiental com base na complexidade e na interdisciplinaridade, como: os sujeitos que têm acesso a esses programas de pós-graduação, além de conhecerem um campo de saber, possuem experiência de trabalho que lhes permite ter vivência direcionada a alguns problemas ambientais, o que possibilitará possível enfoque interdisciplinar e também maior consciência da necessidade de visão mais complexa sobre os problemas, além de estarem mais abertos a mudanças e inovações.

A incorporação da educação ambiental em programas de cursos de pós-graduação ganha legitimidade, embora lentamente; e aos poucos, busca introduzir novas percepções, atitudes e fundamentos teórico-metodológicos direcionados à articulação de saberes diversos orientados para possível racionalidade ambiental (MORALES, 2007).

A essa apreciação, a educação ambiental, em cursos de formação, como os de pós-graduação, assume esse desafio de se expressar de forma tal que fundamente seu fazer educativo em implicações epistemológicas juntamente com sua ação-reflexão-ação.

História da Educação Ambiental

A educação ambiental foi mudando ao longo do tempo. Começou com a ideia de natureza e o modo de percebê-la, mas de acordo com Grün (2007) foi precedida de uma certa “ecologização das sociedades”, que começou quando o meio ambiente deixou de ser assunto exclusivo de amantes da natureza e se tornou assunto da sociedade civil.

Na década de 60, os países industrializados

já se preocupavam com a questão ambientalista, incorporada às bandeiras de luta dos movimentos político-sociais da época, os quais questionavam entre outras coisas, o estilo de vida e o ímpeto consumista derivados dos padrões de produção vigentes” (Almeida, apud Schöne, 2007, p.02).

Em 1962, Rachel Carson publica seu livro “Silent Spring”, alertando sobre os efeitos danosos das ações humanas sobre o meio ambiente, como por exemplo, o problema do uso de pesticidas na agricultura que tem como consequência o desaparecimento de espécies.

Carson diz que

[...] Foram necessárias centenas de milhões de anos para se produzir a vida que agora habita a Terra; idades de tempo, para que essa vida, desenvolvendo-se, evoluindo-se e diversificando-se, alcançasse um estado de ajustamento e de equilíbrio com o seu meio ambiente. [...] O tempo é ingrediente essencial; mas, no mundo moderno, não há tempo. [...] “O Homem mal consegue reconhecer até mesmo os males de sua própria criação” (CARSON, 1969, p.16).

Em 1968, surge o Clube de Roma⁵ que, em 1972, produz o relatório “Os limites do Crescimento Econômico” que estudou ações para se obter no mundo um equilíbrio global como a redução do consumo, tendo em vista determinadas prioridades sociais. O relatório estabelecia

modelos globais baseados nas técnicas pioneiras de análise de sistemas, projetados para prever como seria o futuro se não houvessem modificações ou ajustamentos nos modelos de desenvolvimento econômico adotados. [...] Os modelos demonstram que o crescente consumo geral levaria a humanidade a um limite de crescimento, possivelmente a um colapso (DIAS, 2004, p.35).

Na década de 70, a preocupação com o meio ambiente tornou-se mundial, em meio à crise econômica do pós-guerra, surgiram problemas como: níveis de poluição altamente comprometedores da qualidade de vida e elevado risco de esgotamento de recursos naturais (ALMEIDA, 1998).

Em 1972, acontece a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano em Estocolmo. Os principais resultados formais do encontro constituíram a Declaração de Estocolmo que expressa a convicção de que “tanto as gerações presentes como as futuras

⁵ O Clube de Roma é um grupo constituído basicamente por empresários preocupados com as consequências desastrosas que a crise ecológica poderia trazer.

tenham reconhecidas como direito fundamental a vida num ambiente sadio e não degradado”. Ainda neste ano, a ONU (Organização das Nações Unidas) criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

No ano de 1975, a UNESCO promoveu em Belgrado, ex-Iugoslávia, um Encontro Internacional em Educação Ambiental; na ocasião criou o Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA que formulou os seguintes princípios: a Educação Ambiental deve ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. A carta de Belgrado fala sobre:

a satisfação das necessidades e desejos de todos os cidadãos da Terra. Propõe temas que falam da erradicação das causas básicas da pobreza como a fome, o analfabetismo, a poluição, a exploração e dominação, devam ser tratados em conjunto. Nenhuma nação deve se desenvolver às custas de outra nação, havendo necessidade de uma ética global. A reforma dos processos e sistemas educacionais é central para a constatação dessa nova ética de desenvolvimento. A juventude deve receber um novo tipo de educação que requer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escolas e comunidade, entre o sistema educacional e sociedade.

Para Brügger (1999), a chamada Educação Ambiental surge oficialmente nesse contexto como uma das possíveis respostas para os chamados problemas ambientais. Em 1977, foi realizada a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, em Tbilisi (ex-URSS), organizada pela UNESCO com a colaboração do PNUMA. Definiram-se os objetivos, as características da Educação Ambiental; assim como as estratégias pertinentes no plano nacional e internacional.

Na década de 80, o que se destacou no debate internacional foi o relatório *Nosso Futuro Comum*, divulgado em 1987, o qual também acolhe a ideia de desenvolvimento sustentável e assim o define: “Aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às próprias necessidades”⁶ (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p.46).

Em 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil que dedicou o capítulo VI ao Meio Ambiente e no Artigo 225, Inciso VI determina ao “Poder Público promover a Educação Ambiental em todos os Níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. A implantação da Educação Ambiental nas escolas brasileiras nasceu na Constituição.

⁶ Esse estudo é conhecido como Relatório Bruntland, pelo fato de Gro Harlem Bruntland, então primeira – ministra da Noruega, presidir a comissão encarregada.

Na década de 1990, com a finalidade de levar a humanidade a repensar seus hábitos de consumo e atitudes prejudiciais ao conjunto de formas de vida do planeta, reuniram-se chefes de Estados e Organizações não Governamentais para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - ECO 92. Naquele momento a Educação Ambiental estabeleceu-se perante a sociedade brasileira, o que, segundo Gadotti (2005, p. 242) “deu grande impulso à globalização da cidadania”.

Em 1996, O Ministério da Educação – MEC incluiu temas ecológicos nos currículos da Educação Básica e nos cursos superiores, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96, determinando que a Educação Ambiental deva ser abordada em todos os conteúdos curriculares, sem constituir uma disciplina específica (BRASIL,1996). A publicação dos PCNs foi um marco para a inclusão da dimensão ambiental nos currículos do ensino fundamental no Brasil. De acordo com Grün (2007), apesar das críticas que os PCNs receberam, pelo modo como se estruturaram – mantendo as disciplinas de conteúdos formais como eixos principais, incluindo os Temas Transversais – tiveram o mérito de inserir a temática ambiental articulada com diversas áreas de conhecimento e não como uma disciplina.

No ano de 1997, acontece a Conferência sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a sustentabilidade, em Thessaloniki – Grécia –, onde foi reconhecido que, após cinco anos de Rio 92, o desenvolvimento da Educação Ambiental foi insuficiente.

Em 1999 é Promulgada a Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental e em seu Artigo 2º afirma: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal" (BRASIL, 1999). A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) define que o objetivo da Educação Ambiental é estimular e fortalecer a consciência crítica sobre a problemática ambiental e social (BRASIL, 2001).

Objetivo

Realizar um levantamento da presença de temas que abordam a Educação Ambiental nas dissertações finalizadas até novembro de 2007 pelo Programa de Pós-graduação em Ecologia e Conservação (PPGEC) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e

diagnosticar a percepção dos professores orientadores que pertencem ou já pertenceram ao referido programa de pós-graduação quanto aos mesmos temas.

Metodologia

Para a coleta e análise de dados, utilizou-se metodologia qualitativa por meio de análise de conteúdo, proposta por Franco (2008) e Bardin (2007). Para Bardin (2007) a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Para Franco (2008), a análise de conteúdo é um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação. Bardin (2007) diz ainda que, desde que se começa a lidar com comunicações pretendendo compreender para além dos seus significados imediatos, parece útil recorrer à análise de conteúdo.

Para a organização da análise fez-se a pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados e interpretações (BARDIN, 2007). Foram analisados os resumos de todas as dissertações presentes no arquivo do Programa de Pós-graduação em Ecologia e Conservação da UFMS até novembro de 2007. Como índice, foram adotados, para análise, os temas em destaque nos discursos e, como indicadores, a presença ou ausência desses temas que abordam uma ou mais faces da Educação Ambiental. Posteriormente, elaborou-se um questionário destinado aos docentes do programa, composto de cinco questões objetivas e descritivas que satisfaziam três categorias de análises. São elas:

- Se os docentes conseguem perceber a Educação Ambiental nas dissertações que já foram apresentadas ao programa.
- Se os docentes do programa conseguem perceber a conservação como sendo parte da Educação Ambiental.
- Qual a visão dos docentes do programa quanto a Educação Ambiental.

Após a confecção, o questionário foi enviado aos docentes do programa via mensagem eletrônica num total de 25 colaboradores.

Resultados e discussão

Os resultados foram obtidos a partir de análises quantitativas e qualitativas. Das 77 dissertações analisadas, 74 apresentavam temas que dão margem à Educação Ambiental, correspondendo a 96%. Os temas foram classificados em modalidades conforme a tabela 1.

MODALIDADES	PORCENTAGEM (%)
--------------------	------------------------

• Distribuição de espécies de acordo com ambiente;	21,6% (16 dissertações)
• Composição de espécie;	12,2% (9 dissertações)
• Estratégias de reprodução;	10,8% (8 dissertações)
• Polinização;	10,8% (8 dissertações)
• Influência das variáveis ambientais;	9,5% (7 dissertações)
• Estratégias de alimentação;	8,1% (6 dissertações)
• Parasitismo;	4,1% (3 dissertações)
• Fitossociologia;	2,7% (2 dissertações)
• Relação Mutualística;	2,7% (2 dissertações)
• Comportamento animal de acordo com a sazonalidade;	2,7% (2 dissertações)
• Ciclagem de matéria (decomposição);	2,7% (2 dissertações)
• Pesca predatória;	2,7% (2 dissertações)
• Variação morfológica de acordo com o ambiente;	1,4% (1 dissertação)
• Integridade biótica;	1,4% (1 dissertação)
• Dispersão;	1,4% (1 dissertação)
• Herbivoria;	1,4% (1 dissertação)
• Turismo exploratório;	1,4% (1 dissertação)
• Magnificação trófica;	1,4% (1 dissertação)
• Influência de rodovia na mortalidade de animais;	1,4% (1 dissertação)

Tabela 1: Classificação dos temas presentes nas dissertações

Dos 25 colaboradores do PPGEAC que foram solicitados, apenas sete responderam ao questionário no prazo estipulado (28%). Sendo assim, consideraram-se as respostas deste montante como válidas à pesquisa.

Rezler *et al.* (2007) encontraram dados semelhantes quando professores de ciências e biologia foram solicitados a responder um questionário relativo as suas opiniões sobre atitudes e valores em Educação Ambiental. Dos 33 docentes de sua pesquisa apenas dezenove professores (57,5%) participaram da amostra, uma vez que oito não se encontravam no local da aplicação do questionário, três não foram entregues e três foram eliminados por conterem

respostas incompletas. A existência de docentes que se omitem diante de questionamentos referentes a conceitos, práticas e valores trabalhados em Educação Ambiental traz uma indagação sobre quais os motivos que os levam a esquivarem-se diante de assuntos que estão sendo amplamente discutidos no contexto atual.

Na questão em que era questionado o ponto de vista do pesquisador orientador quanto à existência de dissertações que envolvam temas de Educação Ambiental orientadas pelo próprio respondente, obteve-se 71,4% de respostas negativas, ou seja, apenas 28,6% dos pesquisados acreditam já ter trabalhado com temas pertinentes à Educação Ambiental, embora não de forma explícita no trabalho.

O alto índice de respostas contrárias quanto ao contato com os princípios trabalhados em Educação Ambiental é preocupante, já que, a partir de 1960, discussões sobre o esgotamento de recursos indispensáveis a vida na Terra têm sido amplamente debatidas. Esse dado demonstra um grande desconhecimento por parte dos pesquisados quanto aos princípios da Educação Ambiental, pois diante do estudo feito pelos autores deste artigo nas dissertações finalizadas no PPGEC arquivadas no próprio programa, foram encontrados, em 96% delas, temas abordados pela Educação Ambiental, como já foi relatado anteriormente.

Segundo Delevatti (2003), a Educação Ambiental faz-se imprescindível para que as pessoas se tornem cada vez mais conscientizadas da importância do meio ambiente e, conseqüentemente, venham a defendê-lo. Caso contrário, assim como os dinossauros sucumbiram um dia, poderá chegar a inimaginável sucumbência da espécie humana no Planeta Terra.

Assim, os docentes do programa de pós-graduação foram questionados também quanto ao conhecimento da existência de outras dissertações do programa que possam ter abordado temas da Educação Ambiental. Obteve-se 57,1% de respostas negativas o que demonstra que apenas um dos pesquisados, apesar de não ter trabalhado, sob seu ponto de vista, efetivamente com Educação Ambiental, já pode diagnosticar outras dissertações que possuem este enfoque. Ainda há um grande equívoco por parte dos pesquisadores colaboradores da pesquisa em acreditar que a Educação Ambiental é tarefa apenas do professor educador presente em salas de aula de ensino fundamental e médio. Segue transcrito:

Educação Ambiental é uma atividade realizada por educadores capacitados, que tenha acesso a dados científicos e ferramentas para compreendê-los para passá-los a sociedades numa linguagem acessível, de modo que a população possa ter conhecimento das ações necessárias para a conservação ambiental.

Segundo Adão (2005), a temática ambiental deve fazer parte não só da prática profissional, mas também de todo cotidiano de todas as pessoas.

Thomaz (2007) defendeu que a Educação Ambiental deve extrapolar a esfera da escola, e se desvincular de uma educação formal e objetiva para possibilitar a construção do saber fazer humano político e ambiental em defesa de um bem comum e coletivo, para aproximar as relações homem/sociedade/meio natural.

Desta forma foi questionado, também, se o termo “Conservação” está sendo explorado nas dissertações do PPGEC, conforme referido no próprio nome do programa. Obteve-se 100% de resposta favorável. Os pesquisados foram questionados quanto à existência de uma correlação entre “Conservação” e Educação Ambiental e afirmam em 57,1% das respostas que não há correlação. Seguem transcritos:

Não. A conservação é um conceito que deve ser explorado pela Educação Ambiental.

Não. Educação Ambiental é uma postura e exercício diário de cada cidadão.

Assim os pesquisados afirmaram categoricamente que a “Conservação” vem sendo pesquisada nas dissertações, porém ainda resistem em admitir a relação destas com a Educação Ambiental, não fazendo uma correlação entre Conservação X Educação Ambiental.

Segundo Sansolo e Cavalheiro (2001), pouquíssimas vezes as questões ambientais são tratadas inter-relacionando as várias escalas temporais e espaciais. Para Travassos (2001), a prática da Educação Ambiental apresenta-se de forma confusa em relatos sobre eventos ou em documentos produzidos na academia.

Para Adão (2005), é fundamental que a Educação Ambiental ou o educador ambiental, ou seja, todos os seres humanos, proponham novos hábitos e novas posturas que garantam a “qualidade de vida” aos seres do planeta, qualidade esta intimamente ligada à conservação do planeta.

A Educação Ambiental é constantemente recomendada por conferências internacionais. No Brasil, exigida pela constituição, entretanto, está longe de ser uma atividade tranquila, aceita e desenvolvida, já que implica em mudanças comportamentais, além de atitudes e valores o que determinam um longo processo de mudanças culturais e ações contínuas (ALMEIDA e OLIVEIRA, 2007).

Para poder interpretar o nível de conhecimento sobre Educação Ambiental dos colaboradores da pesquisa, incluiu-se uma questão sobre a definição do termo “Educação Ambiental”: obteve-se 71,4% de respostas parcialmente corretas, ou seja, que apresentavam alguns trechos corretos, porém, com algumas contradições.

Essa discrepância reflete a dificuldade que os docentes pesquisados têm em superar os preconceitos sobre Educação Ambiental, que nada mais é que a própria Educação. Segundo Travassos (2001), muitos professores, preocupados com problemas ambientais, acreditam que a Educação Ambiental deve estar voltada para uma consciência conservacionista, relacionando apenas aspectos naturalistas, considerando o espaço natural fora do meio humano. Segue transcrito enviado como resposta a uma das questões do questionário proposto aos docentes do programa de pós-graduação em questão.

A Educação Ambiental trata de convencer indivíduos ignorantes daquilo que certos “pesquisadores” acreditam ser o correto. Para piorar, os conteúdos das cartilhas sobre Educação Ambiental vêm se tornando um dogma quase religioso.

A Educação Ambiental assume papel extremamente relevante, pois desconsidera o antropocentrismo e redireciona as atitudes dos seres humanos compreendidos não isoladamente, mas como parte integrante de um mundo global (DELEVATTI, 2003).

A compreensão da Educação Ambiental é fundamental para uma mudança de postura em relação ao meio. Para Delevatti (2003), ela possibilita e visa a novas perspectivas no contexto social e gera um melhor entendimento de que o ser humano depende do meio ambiente sadio para alcançar uma vida sustentável para as futuras gerações, atendendo ainda o futuro do planeta como um todo.

Outra problemática refletida pelas respostas é a relutância em assimilar a Educação Ambiental como sendo componente de seu trabalho, e não um obstáculo à pesquisa. Seguem transcritos:

Educação Ambiental: ... algo bastante perigoso.

Educação Ambiental: ... resposta complicada, não pode ser respondida rapidamente.

Educação Ambiental: ... refere-se a um trabalho ideológico/emocional que nada tem de racional.

A Educação Ambiental para deixar de ser um conceito vago, segundo Travassos:

[...] deve adquirir um significado comum para os cidadãos, resultando em sensibilização que estimule os membros da comunidade a encararem o meio em que vivem como parte integrante de suas vidas, sob forma de comprometimento com a participação social. (TRAVESSOS, 2006, p. 23)

A Educação Ambiental deve ter como objetivo sensibilizar a sociedade na busca de modificação do comportamento das pessoas, para que encarem a natureza e o meio social como ambientes nos quais o homem vive e convive (TRAVASSOS, 2006). Este tipo de educação implica numa profunda mudança de valores, em uma nova visão de mundo, o que ultrapassa bastante o estado conservacionista (TRAVASSOS, 2001).

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Pós-graduação em Ecologia e Conservação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul por disponibilizar as dissertações e aos docentes do programa pela colaboração em responder o questionário proposto.

REFERÊNCIAS:

ADÃO, N. M. L. *A Práxis na Educação Ambiental*. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 14, 2005. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol14/art06.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

ALMEIDA, M. da P. de Q.; OLIVEIRA, C. I. *Educação Ambiental: Importância da Atuação Efetiva da Escola e do Desenvolvimento de Programas nesta Área*. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 18, 2007. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol18/art10v18a2.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2010.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições70, 2007.

BRASIL, *Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, 1999. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=20&idConteudo=967>> . Acesso em: 12 jun. 2010.

BRASIL. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional*. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.diariooficial.hpg.ig.com.br/fed_lei_93941996.htm>. Acesso em: 12 jun. 2010.

BRÜGGER, P. *Educação ou Adestramento Ambiental?* 2 ed. Florianópolis: Obra Jurídica, 1999.

CARSON, R. *Primavera Silenciosa*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

COMISSÕES MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (Org.). *Nosso Futuro Comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

DELEVATTI, A. F. *Reeducação Ambiental: Instrumento eficaz à transformação da visão social do mundo*. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 11, 2003. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/mea/remea/vol11/artv11n8.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2010.

- FRANCO, M. L. P. B. *Análise de conteúdo*. 3. ed. v. 6. Brasília: Liber Livro, 2008.
- FREITAS, D. e OLIVEIRA, H. T. Uma reflexão sobre o valor do trabalho desenvolvido pela REDE ACES no período de sua implementação. In: GELI, A. M.; JUNYENT, M. e SÁNCHEZ, S. (Orgs.). *Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores. 4 – Acciones de Intervención y balance final del proyecto de Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores*. Girona: UdG, v. 4, 2004, p. 305 - 319.
- GADOTTI, M. Pedagogia da Práxis. In: *Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Secretaria Executiva. Diretoria de Educação Ambiental, 2005, p. 237 - 244.
- GRÜN, M. *Ética e Educação Ambiental: a Conexão Necessária*. 11. Ed. Campinas: Papirus, 2007.
- MORALES, A. G. M. *A formação do profissional educador ambiental: reflexões, possibilidades e constatações no curso de especialização da UFPR*. Curitiba, 2007. 233 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) Universidade Federal do Paraná.
- OLIVEIRA, H. T.; CINQUETTI, H. S.; FREITAS, D. e NALE, N. *A Educação Ambiental na formação inicial de professores*. In: 23ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu: ANPED, 2000.
- REZLER, M. A.; SALVIATO, G. M. S. e SALVI, R. F. *A Opinião de Professores de Ciências e Biologia sobre Atitudes e Valores em Educação Ambiental*. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 19, 2007. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol19/art17v19a1.pdf>> Acesso em: 12 jun. 2010.
- RIOJAS, J. A complexidade ambiental na universidade. In: LEFF, E. (Org.) *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 217 - 240.
- SANSOLO, D. G. e CAVALHEIRO, F. Geografia e Educação Ambiental. In: SANTOS, J. E. dos e SATO, M. (Eds.). *A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora*. São Carlos: Rima, 2001, p. 109 - 131.
- SANTOS, J. E. dos e SATO, M. Universidade e Ambientalismo – Encontros não são despedidas. In: SANTOS, J. E. dos e SATO, M. (Eds.). *A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora*. São Carlos: Rima, 2001, p. 13 – 30.
- SCHÖNE, C. M. A. Educação Ambiental: Repensando o ensino escolar. In: *Anais do X Encontro Paranaense de Educação Ambiental – Ambiente, pesquisa e sociedades sustentáveis*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2007, p. 1 - 12.

THOMAZ, C. E. *Práticas de Educação Ambiental*. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, V. 19, 2007.

TRAVASSOS, E. G. *A Educação Ambiental nos currículos: dificuldades e desafios*. Revista de Biologia e Ciências da Terra, V. 1, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://eduep.uepb.edu.br/rbct/sumarios/pdf/educamb.pdf>> Acesso em: 10 jul. 2010.

TRAVASSOS, E. G. *A Prática da Educação Ambiental nas Escolas*. 2 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.